ATA N.º 5/2016**Data da reunião extraordinária: 04-02-2016****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14,30 horas****Términus da reunião: 16,00 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Laura Maria Faria Vergamota**Cargo:** Coordenador Técnico**Faltas justificadas:** Tília dos Santos Nunes
Carlos Manuel Godinho Matias**Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:****Operações Orçamentais:****Operações não Orçamentais:**

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

671/16 - TRIBUNAL DE CONTAS - HOMOLOGAÇÃO DA CONTA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2011 – RECOMENDAÇÃO

- Ofício n.º 1829/2015, de 14 de dezembro, do Tribunal de Contas, a informar a homologação da Conta de Gerência referente ao exercício de 2011, bem como a transmitir algumas recomendações relativas à elaboração dos orçamentos municipais.

- A Câmara tomou conhecimento.

- O Vereador Sr. David Ribeiro apresentou a intervenção que se encontra no anexo (1.1) à presente ata.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2

467/16 - ASSOCIAÇÃO DOS LARES FERROVIÁRIOS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES NO ÂMBITO DO CLDS3G

- E-mail da Associação dos Lares Ferroviários, na qualidade de entidade Coordenadora de Parceria Local do Programa CLDS3G, a solicitar a cedência da habitação n.º 5 da Rua Eng.º Manuel de Sá e Melo, para ser utilizada como “Casa de Função” para desenvolver atividades com as famílias. Solicita também a cedência do antigo Jardim de Infância da Escola das Tílias, para a sede do CLDS, Centro de Formação e Casa da Juventude.

- A Vereadora Sra. Isilda Aguincha questionou o facto de, dado o terreno da Escola das Tílias não pertencer ao Município, quais os condicionamentos que isso implica para esta cedência.

- O Exmo. Presidente esclareceu que existe efetivamente uma decisão do anterior executivo no sentido de serem transferidos para o proprietário do terreno onde está a EB do Bonito 5 lotes da Escola das Tílias, destinados a apartamentos. Como é evidente, não é do nosso agrado que aquele edifício seja demolido, mas estamos em negociações com o proprietário para tentarmos chegar a um consenso. De qualquer modo, ficará salvaguardado que esta cedência apenas se verifica até que o espaço não seja entregue.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder os espaços solicitados à Associação dos Lares Ferroviários, mandatando o Exmo. Presidente para proceder às respetivas assinaturas.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

PONTO 3

1048/16 - CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE BAR ESPLANADA DO BONITO

- Da Técnica Superior do Serviço de Aprovisionamento, Dra. Filipa Silvestre, foi presente a seguinte informação:

“Pretendendo esta câmara **Concessionar o Direito à Exploração do Restaurante Bar Esplanada do Bonito** através de Hasta Pública; remetem-se os seguintes documentos para a respetiva aprovação:

Edital da Hasta Pública

Caderno de Encargos da Hasta Pública e respetivos anexos

Programa da Hasta Pública

Formulário de Candidatura

De salientar que a autorização para a respetiva concessão foi dada pelo órgão deliberativo em 25/06/2012; cuja deliberação se anexa no presente registo.

Deverá ser nomeado um júri para a condução do respetivo processo que se sugere ser constituído pelos seguintes elementos:

Presidente – Dr. Gilberto Martinho

1º Vogal – Eng. Nuno Carda

2º Vogal – Dr^a. Filipa Silvestre

Vogais Suplentes – Dr. Hugo Gonçalves e Arq. José Tavares.”

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos, bem como proceder à nomeação do respetivo Júri.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4

466/16 - PROPOSTA DE VALOR BASE PARA ATRIBUIÇÃO DA TARIFA DE ÁGUA PARA FAMÍLIAS DE BAIXO RENDIMENTO NO ANO DE 2016

- Da Técnica Superior do Serviço de Apoio Social e Psicológico, Dra. Rita Rafael, foi presente a seguinte informação:

“Segundo as recomendações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), a Tarifa de Água para Famílias de Baixo Rendimento destina-se a utilizadores domésticos, cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável, para efeitos de IRS, que não ultrapasse o dobro do valor anual da retribuição mínima mensal garantida (RMMG).

Nessa sequência e a fim de dar continuidade ao processo de atribuição da referida tarifa no ano de 2016, verifica-se a necessidade de se fixar um valor limite mensal per capita para atribuição da mesma.

Em conformidade, propõe-se que continuem a beneficiar da tarifa especial de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos, inerente ao tarifário especial para famílias de baixo rendimento, todos os agregados familiares que auferam rendimento mensal per capita, igual ou inferior a metade da retribuição mínima mensal garantida.

Propõe-se ainda que no caso de consumidor individual, o rendimento mensal não ultrapasse o valor do IAS (Indexante de Apoios Sociais) o qual se encontra fixado em 419,22€.

Coloco o assunto à Consideração Superior, solicitando ainda deliberação de Câmara para o efeito.”

- Nesta altura, o Exmo. Presidente deu conhecimento de uma proposta alternativa entregue pelo Vereador Sr. Carlos Matias, do seguinte teor:

“ Propomos que beneficiem das tarifas especiais de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos, inerentes aos tarifários especiais para famílias de baixo rendimento os agregados familiares que possuam rendimentos brutos englobáveis, para efeitos de IRS, que não ultrapassem o dobro do valor anual da retribuição mínima mensal garantida (RMMG).

Propomos ainda que no caso de consumidor individual, o rendimento mensal não ultrapasse o valor do IAS (Indexante de Apoios Sociais) o qual se encontra fixado em 419,22€.”

- A Câmara deliberou, por unanimidade, rejeitar a proposta do Vereador Sr. Carlos Matias.

- Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5

1071/16 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A COLETIVIDADES PARA O ANO 2016 (2.ª FASE)

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação:

“Tendo em conta o art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, cabe à câmara municipal deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas.

Sendo assim, caso haja intenção, deverá de haver uma deliberação com as entidades a apoiar, qual o seu valor e periodicidade.

Em 2015 foram atribuídos os seguintes apoios:

ENTIDADES	DELIBERADO EM 2015		
	MENSAL	ANUAL	TOTAL ANO
Assoc. Hum. dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento	2.250,00		27.000,00
Associação Escoteiros de Portugal-Grupo 84	220,00		2.640,00
Associação Filarmónica e Cultural	400,00		4.800,00
Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento	65,00		780,00
Casa do Benfica	475,00		5.700,00
Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE)	715,00		8.580,00
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	1.350,00		16.200,00
Clube de Lazer Aventura e Competição	1.350,00		16.200,00
Companhia de Teatro Poucaterra	400,00		4.800,00
Conferência de S. Vicente Paulo da Paroquia de N. Sr. Fátima	475,00		5.700,00
Corpo Nacional de Escutas- Agrup.(542)	220,00		2.640,00
ENCOPROF	310,00		3.720,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Famílias Carênciadas)	475,00		5.700,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Renda instalações)	235,00		2.820,00
Grupo Recreativo 1º de Outubro 1911	285,00		3.420,00
Núcleo Sportinguista	90,00		1.080,00
Orfeão do Entroncamento	220,00		2.640,00
União Futebol do Entroncamento	1.535,00		18.420,00
Clube Amadores de Pesca do Entroncamento		1.125,00	1.125,00
Conferência S. João Batista - Paroquia da Sagrada Família		570,00	570,00
Liga dos Combatentes- núcleo regional Entroncamento		540,00	540,00
TOTAL	11.070,00	2.235,00	135.075,00

Na atribuição deste tipo de apoios deveremos ter em atenção que uma das medidas de redução de despesa, inserida no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), foi a redução faseada de 5 % ao ano (nos primeiros 5 anos) das transferências para instituições sem fins lucrativos.

A redução incide sobre a verba atribuída em cada ano e tem aplicação nos primeiros 5 anos do Plano de Ajustamento Financeiro.

Neste sentido as verbas a atribuir deverão ter como limitação o ano económico.

Segue abaixo quadro resumo dos objetivos de redução para 2016.

Objetivos do PAEL	Valor
Total de apoios permanentes concedidos em 2015	135.075,00
Objetivo de redução para 2016	6.753,75
	5%
Valor limite de apoios para 2016	128.321,25

Já foi deliberado em reunião de 21 de dezembro de 2015 os seguintes apoios:

Entidade	Apoio Mensal	Apoio Semestral	Apoio Anual	Total
Assoc. Hum. dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento	2.250,00			27.000,00
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	1.282,50			15.390,00
Clube de Lazer Aventura e Competição	1.282,50			15.390,00
Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE)	679,25			8.151,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Famílias Carênciadas)	451,25			5.415,00
ENCOPROF	300,00			3.600,00
Centro Recreativo do Casal do Grilo	250			3.000,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Renda instalações)	223,25			2.679,00
Grupo Recreativo 1º de Outubro 1911	200,00			2.400,00
Associação Escoteiros de Portugal-Grupo 84	150,00			1.800,00
Orfeão do Entroncamento	150,00			1.800,00
Academia Cultural e Recreativa Dança Entroncamento	130			1.560,00
Companhia de Teatro Poucaterra	100,00			1.200,00
Núcleo de Andebol do Entroncamento		500		1.000,00
Outonos da Vida		250		500,00
Liga dos Combatentes- núcleo regional Entroncamento			513,00	513,00
TOTAL	7.448,75	750,00	513,00	91.398,00

Desta primeira fase ficaram de fora as entidades que não tinham até à data cumprido com o Regulamento para Concessão de Apoios a Entidades e Organismos. Tendo em conta que houve entidades que já regularizaram a situação deixo à consideração a proposta de apoios a conceder às seguintes entidades:

Entidade	Apoio Mensal	Apoio Semestral	Apoio Anual	Total
União Futebol do Entroncamento	1.282,50			15.390,00
Conferência de S. Vicente Paulo da Paroquia de N. Sr. Fátima	475,00			5.700,00
Casa do Benfica	300,00			3.600,00
Corpo Nacional de Escutas- Agrup.(542)	150,00			1.800,00
Núcleo Sportinguista	81,25			975,00
Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento	61,75			741,00
Conferência S. João Batista - Paroquia da Sagrada Família			541,50	541,50
Entrocates			200,00	200,00
TOTAL	2.350,50	0,00	741,50	28.947,50

Caso a proposta do quadro anterior seja aprovada o resumo de atribuições para 2016 é o seguinte:

	Valor
Deliberação de 21/12/2015	91.398,00
Deliberação de 01/02/2016	28.947,50
Total	120.345,50
Valor máximo a atribuir	128.321,25
Margem	7.975,75

Apenas constam nos quadros anteriores as entidades que à data apresentaram todos os documentos exigidos pelo regulamento para concessão de apoio a entidades e organismos (ficha de candidatura, orçamento e plano de atividades). Para as restantes entidades a deliberação só será feita quando forem apresentados documentos exigidos.”

- Nesta altura, a Vereadora Sra. Isilda Aguincha solicitou que lhe seja fornecida informação sobre os apoios que o Município presta a coletividades no âmbito de cedência de espaços físicos para sedes ou outras atividades de carácter permanente.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6

14787/15 - REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE APOIOS A ENTIDADES E ORGANISMOS

- Na sequência da deliberação de 21 de dezembro de 2015, foi presente novamente o Regulamento para Concessão de Apoios a Entidades e Organismos, com as alterações efetuadas com base nas propostas das associações.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar este Regulamento e remetê-lo à Assembleia Municipal.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7

607/16 - BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LETIVO 2015/2016

- Do Técnico Superior do Setor de Educação, Dr. Rodrigo Bertelo, foi presente a seguinte informação:

“Cessado o prazo para a entrega das candidaturas referentes à atribuição de Bolsas de Estudo, anexa-se informação interna e avaliação das mesmas para conhecimento (anexos 20 e 21).

De referir que, de acordo com o Regulamento de Atribuição de Bolsas (anexo 1), o ponto 3 do artigo 3.º refere que o pagamento das bolsas de estudo é mensal e terá como duração 10 meses do ano letivo e de acordo com o calendário escolar, sendo que os primeiros 3 meses serão pagos no final do mês de dezembro.

Desta forma, sou a informar que os valores a verificar fundo disponível e cabimentação serão os seguintes:

3 meses de 2015 – 1539.18€

7 meses de 2016 – 3591.14€.”

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os valores a atribuir, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8

1001/16 - SUBSÍDIO PARA MATERIAL ESCOLAR PARA A SALA DE AULA 2015/2016 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

- Da Técnica Superior do Setor de Educação, Dra. Cláudia Ramos, foi presente a seguinte informação:

“Os apoios de Ação Social Escolar da responsabilidade do Município ao nível do Ensino Pré-escolar referem-se ao fornecimento de refeições para as crianças da educação pré-escolar, da rede pública, bem como, o desenvolvimento da componente de apoio à família da Educação Pré-Escolar.

No entanto, e tendo em conta a situação económica de algumas famílias foi aprovado em Conselho Municipal de Educação, atribuir subsídio para as salas de aula do Ensino Pré-escolar:

Subsídio para Material Escolar para a Sala de Aula

Subsídio	
Escalão A	10,00 €
Escalão B	10,00 €

No âmbito de tal competência, a Câmara Municipal do Entroncamento, através de deliberação em reunião de Câmara do dia de 16 de setembro de 2015, aprovou os valores definidos em reunião do Conselho Municipal de Educação, relativos aos apoios de Ação Social Escolar para o ano letivo 2015/2016, atribuindo ao Ensino Pré-Escolar 10,00€/criança/sala de aula (crianças inseridas nos escalões A e B). Desta forma, informo que, ao abrigo da deliberação anterior, a verba a transferir para o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento será no valor de 1.450,00€ (de acordo com tabela I).

TABELA I – Subsídio Pré-escolar

Escola	Grau de ensino	Ano Escolar	Escalão	N.º de Crianças
EB Zona Verde	educação pré-escolar	pré-escolar	escalão A	20
			escalão B	10
			Total EB Zona Verde	30
Escola Básica António Gedeão	educação pré-escolar	pré-escolar	escalão A	10
			escalão B	12
			Total Escola Básica António Gedeão	22
JI Sophia de Mello Breyner Andresen	educação pré-escolar	pré-escolar	escalão A	35
			escalão B	25
			Total JI Sophia de Mello Breyner Andresen	60
EB do Bonito	educação pré-escolar	pré-escolar	escalão A	25
			escalão B	9
			Total EB do Bonito	34
Total Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento				146

SUBSÍDIO SALA DE AULA	Sala 1	Sala 2	Sala 3	Sala 4	Sala 5	Sala 7	Sala 8	VALOR TOTAL
EB Zona Verde	8	7	11	4				300,00€
EB António Gedeão	11	6	5					220,00€
Jl Sophia de Mello Breyner Andresen	13	9	6		9	12	11	600,00€
EB do Bonito	17	17						340,00€
								1460,00€

À consideração de V. Ex.^a a transferência da verba.”

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o valor a transferir para o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9

10355/15 - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

- Na sequência da deliberação de 16 de novembro de 2015, foi presente o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, publicado em Diário da República, 2.^a Série n.º 11, de 18 de janeiro de 2016.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10

7974/15 - REGULAMENTO DO CARTÃO ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO

- Na sequência da deliberação de 16 de novembro de 2015, foi presente o Regulamento do Cartão Entroncamento Solidário, publicado em Diário da República, 2.^a Série n.º 10, de 15 de janeiro de 2016.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11

6069/15 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE FOGOS DE RENDA SOCIAL

- Na sequência da deliberação de 16 de novembro de 2015, foi presente o Regulamento das Habitações Sociais do Município do Entroncamento, publicado em Diário da República, 2.^a Série n.º 10, de 15 de janeiro de 2016.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12

6067/15 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO E TABELA DE TAXAS

- Na sequência da deliberação de 18 de janeiro de 2016, foi, pela Técnica Superior dos Serviços Jurídicos, Dra. Fátima Rosa, informado o seguinte:

“Verificando-se algumas incorreções decorrentes de meros lapsos e erros de escrita, presentes no regulamento aprovado, foram introduzidas as devidas retificações que constam dos artigos 17.º, 18.º, 55.º, 56.º, 70.º, 72.º e 73.º. Assim, solicita-se a sua aprovação pela Câmara Municipal.”

- A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento e Tabela de Taxas, de acordo com a informação dos serviços e remetê-lo à Assembleia Municipal.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Carlos Amaro, David Ribeiro, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente.

- Absteve-se a Vereadora Sra. Isilda Aguincha.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 13

1095/16 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO LIMITADORA DE VELOCIDADE NO CM 1179 - ENTRONCAMENTO/RIACHOS

- Do Assistente Técnico da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Filipe Pires, foi presente a seguinte informação:

“Dadas as atuais características do Caminho Municipal nº 1179 que faz a ligação da rua D. Afonso Henriques (Estrada das Vendas) ao concelho de Torres Novas (Riachos) julgamos haver necessidade de limitar a velocidade dos veículos que nele circulam. Assim, sugere-se a colocação do sinal **C13 – Proibição de exceder a velocidade máxima de 50 quilómetros por hora** de acordo com planta anexa.”

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação do sinal referido, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14

733/16 – CERE – CENTRO DE ENSINO E RECUPERAÇÃO DO ENTRONCAMENTO - INSPEÇÃO PERIÓDICA DO ASCENSOR – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS

- Da Assistente Técnica, Ana Paula Cardoso, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação:

«Solicita o CERE-Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento, isenção do pagamento da taxa relativa inspeção periódica do ascensor sito na Rua Gustave Eiffel, nº. 18 nesta cidade, taxa no valor de 181,70 €, conforme ponto 5.1 do quadro IV da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento.

Sendo que, da taxa acima referida (181,70 €) e no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços, que a Câmara tem com a Empresa Bureau Veritas Renitave-Sociedade Unipessoal, Ld.ª., para realização de inspeções a equipamentos (elevadores) a Câmara paga por cada inspeção realizada, o valor de 36,90 € (valor c/ IVA).

Assim e salvo melhor opinião, o valor que está em causa para a isenção que a instituição solicita é no valor de 144,80 €, taxa devida ao Município.

O CERE apresenta os documentos comprovativos da sua natureza de pessoa coletiva de utilidade pública conforme consta no anexo 1.

Refere o nº. 3 do artigo 39.º. do RMUE - Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento que às pessoas coletivas de utilidade pública, às entidades que na área do município prossigam fins de relevante interesse público ... são aplicáveis as taxas previstas na tabela anexa ao RMUE, reduzidas até ao máximo de 100%.

Assim, deverá o presente registo ser presente em reunião de Câmara, para a respetiva decisão.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, reduzir o valor das taxas até 100%, isentando o CERE do pagamento da taxa no valor de 144,80€, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 15

556/16 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao funcionário José Fernando Porto Tavares, na qualidade de Técnico Superior (Arquiteto), a exercer a atividade de elaboração de projetos de arquitetura para fora da área geográfica do concelho do Entroncamento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 16

552/16 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao funcionário Nuno Miguel Rufino Santos, na qualidade de Técnico Superior, a exercer a atividade de Engenheiro Técnico de Segurança.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 17

494/16 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao funcionário João Luís Mendes Gonçalves, na qualidade de Assistente Operacional (Agente Único Transportes Coletivos), a exercer a atividade de Condutor de Veículos de Pesados de Passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 18

490/16 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao funcionário Saúl José Martins de Carvalho, na qualidade de Assistente Operacional (Agente Único Transportes Coletivos), a exercer a atividade de Condutor de Veículos de Pesados de Passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 19

491/16 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a

acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao funcionário Gonçalo Nuno Pires Trindade, na qualidade de Assistente Operacional, a exercer a atividade de Condutor de Veículos de Pesados de Passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 20

488/16 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao funcionário Nuno Manuel de Oliveira Ribeiro, na qualidade de Assistente Operacional, a exercer a atividade de Condutor de Veículos de Pesados de Passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 21

484/16 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao funcionário Vitor Manuel Neves Barra, na qualidade de Assistente Operacional (Agente Único Transportes Coletivos), a exercer a atividade de Condutor de Veículos de Pesados de Passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 22

482/16 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao funcionário Horácio da Cunha Trincão Nazaré Duarte, na qualidade de Assistente Técnico (Agente Único Transportes Coletivos), a exercer a atividade de Condutor de Veículos de Pesados de Passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

PONTO 23

1087/16 – CEMITÉRIO MUNICIPAL – AMPLIAÇÃO – 2.ª FASE

- Da Eng.ª Civil Patrícia Anacleto, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação:

«De acordo com a deliberação camarária na reunião de 02 de junho de 2015, ponto 14, relativamente à proposta de Ampliação do Cemitério Municipal – 2.ª fase (MGD 3089/15), procedeu-se à execução dos elementos necessários à realização de um procedimento para a contratação de uma empreitada de execução dos respetivos trabalhos.

Apresentam-se os elementos necessários para esse procedimento, nomeadamente: convite, caderno de encargos, plano de prevenção e gestão de resíduos, plano de segurança e saúde, projeto de execução (peças escritas e desenhadas), mapa de quantidades e orçamento.

O valor base para a execução dos trabalhos é de 112.600,00 € (cento e doze mil e seiscentos euros) e o prazo de execução é de 120 (cento e vinte) dias.

A escolha do procedimento é fixada nos termos do CCP (Código dos Contratos Públicos) propondo-se para o efeito o Ajuste Direto, de acordo com a alínea a) do art.º 19.º, 112.º e seguintes, sendo a decisão de contratar e de autorização da despesa estabelecidas de acordo com o n.º 1 do art.º 36.º do mesmo Código.

Propõe-se que sejam convidadas as seguintes entidades a apresentarem proposta:

Miraterra – Obras Públicas Lda.

Rua Dr. Carlos Nunes Ferreira

Amiais de Cima

2025 – 012 Abrã

geral@miraterra.pt

EcoEdifica – Ambiente e Construções, SA

Av. Sá Carneiro Lote 13, r/ch

2350 – 536 Torres Novas

ecoedifica@ecoedifica.pt

Elimur - Sociedade de Construções Lda

Rua Horta da Fonte, n.º 105

3240 – 116 Ansião

orcamentacao@elimur.pt

Obrimofe, Construções Unipessoal Lda

Rua Isabel Falcão Trigoso n.º 24

2330 – 234 Entroncamento

obrimofer@sapo.pt

Deverá ser verificada a cabimentação e tudo demais à luz da lei dos compromissos relativo a este procedimento.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar o Convite, Caderno de Encargos e restantes documentos reguladores da empreitada do “Cemitério Municipal – Ampliação – 2.ª Fase” e efetuar o convite às Firms indicadas.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PONTO 24

5112/15 – PROC.º DE OBRAS N.º 04/2015 – CARLOS MANUEL FILIPE ROQUE – CONSTRUÇÃO DE ANEXO E PISCINA (LEGALIZAÇÃO) – DECISÃO FINAL

- Nesta altura a Sr.ª Vice-Presidente, Ilda Joaquim, ausentou-se da reunião, por ser parte interessada neste processo.

- Presente o processo de obras número 04/2015, em nome de Carlos Manuel Filipe Roque, referente à construção de anexo e piscina (legalização), na rua das Texugueiras, lote 1, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com o parecer do Técnico Superior Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitido em 18/01/2016.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

PONTO 25

9486/10 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/88 – (LOTE N.º 106) – MANUEL PEREIRA DA SILVA

- Na sequência de um pedido de alteração ao lote 106, do alvará de loteamento n.º 7/88, em nome de Manuel Pereira da Silva, sito na Rua de Mosteiros (Casal Saldanha), foi presente a seguinte informação da Técnica Superior da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Dr.ª Sandra Santos:

«No período de discussão pública foram apresentadas várias reclamações (anexo n.º 11). Verificando-se que ocorreu a oposição escrita pela maioria dos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento em questão e em virtude do interessado não ter recorrido ao processo, conclui-se que o procedimento não teve fundamento para o seu desenvolvimento. Propõe-se o indeferimento e consequente comunicação ao interessado.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, apontar a sua decisão no sentido do indeferimento do processo, dispondo o interessado de um prazo de 10 dias para, ao abrigo do art.º 122º do CPA, dizer o que se lhe oferecer, em audiência escrita, considerando-se definitivamente indeferido, caso nada seja dito nesse período.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 26

1321/08 - ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 01/2004 – MANUEL BARROSO TAVARES, LDA

- Presente o processo do alvará de loteamento n.º 01/2004, em nome de Manuel Barroso Tavares, Lda., sito no Olival do Formigão, nesta Cidade, acompanhado da seguinte informação do Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras:

«Na vistoria efetuada às obras de urbanização em conjunto com o loteador, foi acordado efetuar uma contabilização dos trabalhos em falta, bem como uma análise do processo no referente à execução dos trabalhos incluindo os acordos estabelecidos quando da execução da Av. Amílcar Cabral.

A – Obras de Urbanização do Alvará de Loteamento n.º 01/2004

O loteamento prevê a constituição de 14 lotes que se situam todos a sul do prolongamento da Rua da Caridade. O prolongamento desse arruamento faz parte das obras de urbanização, que incluem também um troço da Av. Amílcar Cabral e grande parte da rotunda entre os dois arruamentos.

De um modo geral as obras de urbanização estão realizadas, faltando alguns passeios, conforme referido em seguida.

Apesar de não haver qualquer lote a norte do prolongamento da Rua da Caridade (apenas terreno sobrance), as obras de urbanização incluem a execução de estacionamento e passeios desse lado da rua.

No troço a poente da Av. Amílcar Cabral esses passeios e estacionamento foram realizados com a construção do edifício comercial do Minipreço.

No topo a nascente junto ao Recinto Multiusos a execução dos passeios foi imposta à Fresenius Portugal Real Estate S.A., quando da aprovação do Proc. Obras n.º 12/12 referente à construção de Clínica de Hemodiálise, conforme deliberação de 19.11.2012.

Assim verificamos que se encontra por executar:

- Passeio com 2 metros de largura a norte da Rua da Caridade, com a área de 285m². Se incluir a área dentro do loteamento em frente ao terreno para a clínica da Fresenius serão mais 256m². (conforme planta síntese anexa ao alvará)

- Fornecimento de tampas em ferro fundido.

- Fornecimento de tampa de contentor subterrâneo (RSU) que foi vandalizada.

- Execução de bandas sonoras de redução de velocidade junto a passadeiras. Trata-se de um trabalho previsto no projeto, mas que não é prática usual na cidade,

pelo que se propõe a sua substituição por sinais verticais, não indicados no projeto, estando até alguns já colocados, e de acordo com o que já existe na zona, nomeadamente no loteamento contíguo a sul da Torrestejo.

Estes trabalhos em falta foram orçamentados em **14.791,49€** (com IVA incluído)

Como ainda não foi efetuada a receção das obras deverá ser efetuada a retenção de 10% do valor caução inicial, com exceção das infraestruturas elétricas já recebidas definitivamente pela EDP (carta nº 259/11 de 20.01.2011, MGD 1071/11), ou seja, portanto o valor de **58.183,11€**. Os respetivos cálculos constam no Anexo 4.

Assim deverá ser exigida uma caução no valor de **72.974,60€**.

Caso se considere a inclusão do custo do passeio na frente do terreno da Fresenius, que se encontra dentro da área do loteamento, no valor orçamentado de 8.972,80€, com IVA incluído, o valor da caução passará a ser de **81.947,40€**.

Planta com os passeios em falta no Anexo 5.

B – Execução da Av. Amílcar Cabral

Para a execução da Av. Amílcar Cabral, foram estabelecidos diversos acordos com os proprietários intervenientes, designadamente Manuel Barroso Tavares, Lda.; Torrestejo, Lda. e Construções Simões e Simões, Lda. de modo a que a realização do arruamento e respetivas infraestruturas fosse por eles realizada.

Foi acordado que nos troços da avenida não abrangidos por loteamentos seriam executadas as infraestruturas de águas, esgotos, eletricidade, duas faixas de rodagem, estacionamento e passeios com 2 metros de largura, conforme plantas anexas aos acordos. Estes acordos foram homologados em reunião de 10.11.2003. O que se encontra executado na avenida corresponde ao acordado.

Em relação à Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material o acordo global refere que *“serão executados pelos loteadores as infraestruturas elétricas, telefones e passeios do lado confinante com os respetivos loteamentos”*.

Efetivamente apenas estão executados passeios na frente dos lotes da urbanização da Torrestejo, já recebida pela Câmara, faltando o pequeno troço no loteamento de Manuel Barroso Tavares, Lda. conforme referido na análise às obras em falta.

De referir ainda que a execução dos estacionamentos e passeios confinantes com a Rua Companhia Divisionária, no quarteirão que será ocupado pela Clínica de Hemodiálise, também foi imposta quando do deferimento do respetivo projeto.»

- O Exmo. Presidente informou que, atentas as irregularidades processuais detetadas, foi feita a competente participação ao Ministério Público, para os devidos efeitos.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de vistoria em anexo, o mapa com indicação dos trabalhos por executar e o valor da caução final no montante de 81.947,40€.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ANEXOS

Ponto 1 (MGD 671/16)

Anexo 1.1

Intervenção do Vereador Sr. David Ribeiro:

“ Do conjunto de recomendações algumas acontecem inoportunamente, fora do tempo, 4 anos após os acontecimentos, e grande parte, já foram, entretanto sanadas.

A CDU durante muitos mandatos, no tempo dos executivos do PS e do PSD, sempre contestou os orçamentos, planos de atividades e contas de gerência devido à falta de rigor do planeamento e à acumulação de dívidas. Contestamos reiteradamente vendas fictícias de património de milhões de euros, contestamos a subdotação de rubricas importantes de despesa (água, eletricidade e outras).

Os orçamentos, durante muitos anos, na ordem de 25-30 milhões foram irrealistas, anos a fio, e enterraram o município em compromissos que as futuras gerações vão ter de pagar.

Gerações essas que, como reafirmamos amiúde, não têm culpa da incompetência e da irresponsabilidade de quem tem governado o município.

As Empresas de Revisão Oficial de Contas, neste município, raramente desempenharam o papel que lhes compete de desencadear alarmes para corrigir situações, limitando-se a afirmar que as contas obedecem aos “cânones” do POCAL, que nos levou inúmeras vezes a violentas críticas contra essas entidades que absorvem recursos sem as devidas contrapartidas para a melhoria da fiabilidade das contas e do cumprimento da lei.

Preocupa-nos, especialmente, tudo o que tem a ver com as dívidas da Resitejo e os processos pouco claros encontrados para as pagar ou fazer repercutir no limite da dívida total do município (12.2.3).

12.2.2 – Atente na circunstância de estar vedado, à luz do disposto no artigo 49.º n.º 7, alínea c) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a realização de operações com a configuração descrita no ponto 4 (exceto o acordo celebrado com a Resitejo por se tratar de uma entidade do sector de tratamento dos resíduos), impedindo a sua repetição e renegociação; e

no facto de estas operações serem hoje inequivocamente reclassificáveis como verdadeiros mútuos, nos termos do Sistema Europeu de Contas, aprovado pelo Regulamento n.º 549/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013 (cfr. neste sentido, Decisão do EUROSTAT, de 31 de julho de 2012);

12.2.3 – Considere, no cálculo dos limites da dívida total, para o exercício de 2015 e seguintes, o estipulado designadamente, nos art.s 48.º a 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, bem como a Lei do Enquadramento Orçamental e os limites impostos pelas Leis do Orçamento do Estado.

Reconhecemos, através do voto, os progressos de rigor verificados neste mandato, mas, a CDU já deixou bem claro a sua posição neste mandato quer na AM, quer no Executivo sobre o assunto do ponto 12.2.3. Caso não esteja resolvido até à aprovação de contas de 2015 seremos obrigados a votar contra a aprovação das mesmas.”

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Coordenadora Técnica na Secção da Secretaria Geral de Apoio aos Órgãos Autárquicos, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal,

A Coordenadora Técnica